



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - FREGUESIA DE MIRANDA (ZONA ALTA)" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL MARTINS & FILHOS, S.A., DE BARCELOS [PO 200/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **9 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com as deliberações camarárias de 26 de junho de 2017, que autorizou a celebração do contrato, e de 24 de julho de 2017, aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**Artur da Cunha Martins**, casado, natural da extinta freguesia de Alheira, atualmente União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, concelho de Barcelos, onde reside na Rua do Rugem, nº 233, que outorga na qualidade de **Administrador, com poderes para este ato, em representação da sociedade anónima, que usa a firma "MARTINS & FILHOS, SA."**, com sede na Estrada de Santa Marinha de Alheira, nº 2745, da mesma União de Freguesias de Alheira e Igreja Nova, registada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **500 968 764**, com o capital social de € 1.500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes cláusulas: -----

#### ----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **26 de junho de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos

termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - FREGUESIA DE MIRANDA (ZONA ALTA)"**. -----

Pela referida deliberação camarária de 24 de julho de 2017 foi aprovada a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do CCP. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 495.406,12 (quatrocentos e noventa e cinco mil quatrocentos e seis euros e doze cêntimos), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado. -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respetiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **270 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

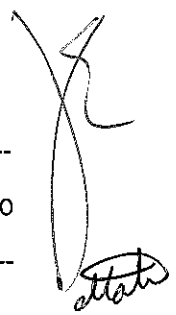
A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----



----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 21 – Redes de abastecimento de água e águas residuais.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções Diversas; e **Alínea 07** – Captação e distribuição de água. -----

Classificação Funcional – **24401.** -----



----- **Décima** -----

Os encargos financeiros emergentes do presente contrato de empreitada serão repartidos em conformidade com o Plano Plurianual de Investimentos, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, em **23 de novembro de 2016**, e de acordo com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, tendo em conta o prazo de execução da empreitada, da seguinte forma: -----

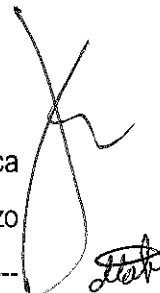
- No ano de 2017 – € **201.843,62**; -----

- No ano de 2018 – € **293562,50.** -----

----- **Décima Primeira** -----

Pela adjudicatária foi apresentada a garantia bancária n.º N00404267, emitida em 30 de junho de 2017, pelo Novo Banco, SA, do valor de € **24.770,31** (vinte e quatro mil setecentos e

setenta euros e trinta e um cêntimos), correspondente a 5 % do preço contratual, que fica arquivada com o presente contrato, válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----



----- **Décima Segunda** -----

O presente contrato **está sujeito a Visto do Tribunal de Contas**, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar.

----- **Décima Terceira** -----

1 – **Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----



2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Quarta** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

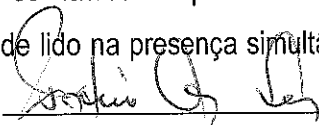
----- **Décima Quinta** -----

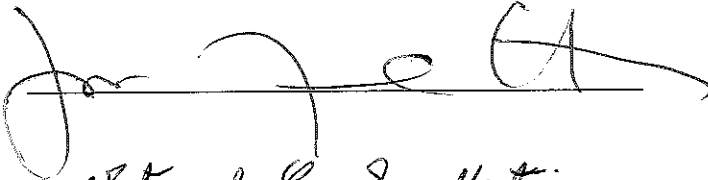

**O segundo outorgante declara aceitar**, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados, -----

----- **Décima Sexta** -----

**Que se obriga** a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **19-05-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Barcelos, em **19-05-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de construção nº 1523-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 7603-6120-4380, subscrita em 01-12-2014 e válida até **01-12-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  \_\_\_\_\_ Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste ato. -----

  
\_\_\_\_\_  
Rui Carlos  
  
\_\_\_\_\_  
Rui Carlos

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **90/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **41/2017**